

ATA 24/03 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2003, reuniu-se às dezenove horas na Associação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, em Plenária Ordinária com os seguintes **Conselheiros presentes**: Nei Carvalho, Oscar Paniz, Vanda da Silva, Darcy Azevedo, Angela Nunez, Riograndino de Oliveira, Gleci Alvarenga, Darci Dias, Maria Leticia Garcia, Ione Nichele, Deoclides Almeida, Osmar Maschio, Zilda Martins, Maria Ivone Dill, Maria Encarnación Ortega, Regina Lender, Denise Girardi, Sirley de Fátima Menezes, Héverson da Cunha, Nidia Albuquerque, Paulo Viaro, Ana Cirne, Onofre Felício, Luciana Zanetti, Débora Melecchi, Paula Fiori, Ivete Barbisan, Antonio Tolla da Silva, Ana Ribascik, Etel Lopes, Alair Silva, Gislaine Estigarríbia, Jairo Tessari, Reny Bigolin, Ana Boll, Sandra Fagundes e Humberto Scorza. **Faltas justificadas**: Carlos Geyer (FIERGS) e Tânia Merque(SINDSAÚDE). A relação dos presentes consta anexa a ata. **1) Acolhimento. 2) Apresentação**: O Coordenador Humberto Scorza salienta comemorar-se no dia de hoje, o Dia de Ação de Graças e pede que sejam lembrados as conquistas e avanços havidos no SUS. Que é necessário manter-se vigilante em defesa da Saúde Pública, a fim de que não haja incoerência entre o agradecimento e a realidade da Festa do dia 25 de dezembro a qual certamente contraria os interesses daqueles que fazem da Saúde fonte de lucro e pede que se faça um momento de silêncio refletindo sobre o assunto e qual a participação individual nas lutas do coletivo em defesa do SUS. A Sra. Ana Cirne faz a **leitura da ata nº 23**, que após lida foi aprovada por 24 votos favoráveis e 02 abstenções. **3) Informes**: Sr Tarcísio Paixão (Fome Zero) diz que a Segurança Alimentar incorpora direitos é abrangente. Convida para a Conferência de Segurança Alimentar onde todos os Conselhos Distritais, Associações, podem tirar delegados. A cada 3 participantes, por entidades gera o direito a mais um delegado, inscrições até o dia 05-12-03. A Conferência discute o direito a alimentação adequada, de qualidade e saudável. Sra. Tânia Failace pergunta se a agricultura foi envolvida. O Sr. Tarcísio diz que sim, inscrições na SGM ou pela Internet com algum documento que comprove a existência da entidade. Com possibilidade de inscrições por grupos através da apresentação de propostas. **Comissão Eleitoral**: Jane Pilar informa que edital saiu no DOPA de 24-11-03. A assiduidade dos Conselheiros foi verificada para habilitação ao voto e a elegibilidade. Apresenta o regulamento para as eleições do Núcleo de Coordenação dia 16-12-03, que será disponibilizado no CMS. As inscrições de chapas de 28/11/03 à 12/12/03. O Coordenador Humberto Scorza fala que o CMS recebeu convite para lançamento do Cartão SUS pela SES/RS e solicita esclarecimentos ao Gestor. A Secretária Adjunta Ana Boll diz que o Gestor Municipal arca com a gestão, custo e tudo mais com o Cartão SUS e a SMS se manifestará diante disso à SES/RS e ao Ministério, pois desconhece a matéria divulgada pela SES/RS. O MS junto com a SMS lança a ampliação do SAMU em Porto Alegre, dia 28-11-03 com a presença do ministro Humberto Costa. A secretária adjunta Ana Boll divulga o Programa da Dengue em todo país, com atividades na rede SMS dia 29-11-03. **Emendas Parlamentares** para orçamento de 2004. O Coordenador Humberto Scorza lembra que o Controle Social encaminhou que todos os recursos públicos devam passar pelos Conselhos de Saúde nos 3 níveis de governo. O Sr. Nei Carvalho, Coordenador Adjunto do CMS, diz que em função dos prazos legais, o Núcleo de Coordenação elaborou documento com a posição do C.S frente a retirada de recursos da SMS e do CMS, em função do interesse por votos. O Coordenador Humberto Scorza lembra o corte de 250 milhões de reais do Governo Rigotto para pagamento do IPE, Militares, Tribunal de Contas, etc. No Governo Federal havia também indicativo de corte de 3 bilhões de reais para o orçamento 2004, mas a participação popular, num processo democrático debelou. O CES/RS entrou com ação no Ministério Público Estadual e o CMS solicitou posição do CES/RS para agregar-se a ação mas não a recebeu ainda. O Sr. Jairo Tessari (Federação Filantrópicas) diz que qualquer pessoa física ou jurídica pode entrar na ação

53 de forma solidária. O orçamento da SES/RS já está aprovado. O representante da
54 SES/RS na Plenária do CES/RS declarou-se também inconforme. Sra. Zilda Martins (CLS
55 Partenon) sugere que o CMS também entre na ação. Deputada Jussara Cony (PcdoB)
56 toma iniciativa para que esse tipo de fato não ocorra nos orçamentos futuros. Sr.
57 Héverson (CLS Restinga) agradece a presença da SMS, das GDs e da SES/RS no
58 Projeto. Sonho na Restinga. **Parecer SETEC nº 62- Santa Casa de Misericórdia-**
59 **Aquisição de equipamentos de informática, com recursos do MS e recomendação de**
60 **acompanhamento pelo CLS e Comissão de Fiscalização, aprovado por 28 votos**
61 **favoráveis, 4 votos contrários e 02 abstenções. Parecer SETEC nº 68- Equipamentos**
62 **para Santa Casa de Misericórdia, com recursos do MS, atendendo solicitação da**
63 **plenária de discriminação dos equipamentos e das unidades do Complexo Hospitalar**
64 **contemplados. Senhora Encarnacion (CLS Leste) pergunta se a Santa Casa atendeu**
65 **quando a retirada do Hospital São Francisco do projeto, Senhora Alair da Silva**
66 **(SINDSAÚDE) acha muito dinheiro para a Santa Casa. Sra. Maria do**
67 **Carmo(SINDSAÚDE) diz que a Santa Casa demitiu trabalhadores administrativos e já**
68 **possui excesso de equipamentos de informática. Sr. Osmar Maschio pergunta se o**
69 **Conselho vai poder fiscalizar o uso dos equipamentos. Sra. Ione Nichele (CLS Noroeste)**
70 **diz que o projeto já passou pelo CMS e foi rejeitado. Aluno da UERGS diz que HMIPV**
71 **está sucateado e não recebe tantos recursos públicos, se é para intensificar o SUS é**
72 **preciso dinheiro para os hospitais de Porto Alegre. Sr. Antônio (SERGS) diz que a**
73 **Irmandade só vem ao CMS para pedir dinheiro para o SUS. Sra. Rosana Peres**
74 **responsável por projetos da Santa Casa informa que a instituição tem prescrição**
75 **eletrônica, dando agilidade e confiabilidade aos registros dos prontuários. O projeto de**
76 **informatização busca ampliar para outras unidades da Santa Casa a prescrição eletrônica**
77 **e que foi atendida a retirada do Hospital São Francisco e ainda, que o MS faz auditoria**
78 **anual e procede ao registro do patrimônio. O Controle Social está convidado a**
79 **acompanhar a implantação do projeto. Sra. Jane Pilar (ASSECOM/SMS) esclarece que a**
80 **Santa Casa atendeu ao solicitado pelo CMS. O Sr. Jairo Tessari (Federação das**
81 **Filantrópicas) fala que a Santa Casa cumpre toda a legislação do SUS, com 70% de**
82 **atendimento aos usuários e freqüentemente a instituição é a escolhida para as polêmicas**
83 **quanto ao repasse de verbas. Os técnicos da Santa Casa já se manifestaram sobre os**
84 **mesmos e o Dr. Minotto representante da instituição virá às 21h, caso seja necessário. O**
85 **Coordenador Humberto Scorza diz que é preciso que o Controle Social reconduza a**
86 **Santa Casa à santidade, portanto é necessário que de uma vez por todas a instalação da**
87 **Câmara Técnica. Colocado em votação o Parecer SETEC 68 foi aprovado por 28 votos**
88 **favoráveis e dois contrários. Parecer SETEC nº 69-Projetos do GHC (30) com recursos**
89 **MS, foi aprovado por 35 votos favoráveis e 03 abstenções. Parecer SETEC nº 70-**
90 **SIFAB-IIIº Tri/2003 aprovado por 33 votos favoráveis e nenhuma abstenção. Parecer**
91 **SETEC nº 71- RENAST/MS - Regionalização do Centro de Referência de Saúde do**
92 **Trabalhador, aprovado por 26 votos favoráveis e 02 abstenções. Parecer SETEC nº 72-**
93 **Recursos do MS para ampliação do SAMU aprovado por 30 votos favoráveis e 01**
94 **abstenção. Parecer SETEC nº 73 – Incentivo ao PACS aprovado por 30 votos**
95 **favoráveis e nenhuma abstenção. 4) Pauta: Convênio entre SMS e a ULBRA na UBS**
96 **Restinga. O Coordenador Humberto Scorza lembra a luta pela implantação desta Unidade**
97 **na região e registra a presença do Secretário Adjunto da Fazenda Sr. Roque José**
98 **Coimbra Verlangue, do Sr. Leonel Santana (Jurídico da ULBRA), da Dra. Miriam Heine**
99 **(Diretora Administrativa do Hospital Independência/ ULBRA e da representação da**
100 **Comunidade da Restinga e convida o Sr. Héverson (CLS Restinga) para manifestar-se. O**
101 **mesmo fala da preocupação da comunidade com o rompimento do convênio e a**
102 **interrupção do atendimento aos usuários, fazendo o histórico da luta da região para a**
103 **implantação do PA na Restinga. O Coordenador Humberto Scorza relata ter ouvido que o**
104 **cancelamento do débito da instituição com a PMPA estaria sendo imposto pela ULBRA**

105 como condição para a manutenção do convênio. Pelo Controle Social não basta que os
106 usuários cheguem as Unidades mas também como está o atendimento e a qualidade do
107 serviço com acompanhamento do Conselho Local. E pergunta ao Secretario Adjunto da
108 Fazenda sobre a dívida e a Secretária Sandra Fagundes sobre a manutenção do
109 convênio entre a SMS e a ULBRA, porque os Conselhos não existem só para aprovar
110 recursos, mas também para acompanhar a implantação e manutenção da rede de
111 assistência. O Dr. Lemoel Santana (Jurídico da ULBRA) afirma que a mesma possui
112 imunidade tributária. E conforme o artigo 150 da Constituição Federal os municípios estão
113 impedidos de estabelecer tributos sobre serviços nas instituições com gozo de imunidade
114 tributária. Em 1996 a ULBRA fez convênio com a SMS na UBS Restinga e até 1999
115 bancou todas as despesas. O imposto que a PMPA está cobrando é ilegal porque não
116 previsto na Constituição Federal. Portanto impetrou recurso neste sentido contra a PMPA
117 que negou o amplo direito de defesa. A sede é no município de Canoas o que não dá
118 direito de cobrança de ISSQN à Porto Alegre. A Prefeitura de Canoas pelo Artº 14 inciso
119 9º e 6º do Código Tributário Nacional concedeu a imunidade tributária hospitalar. Se o
120 imposto devido fosse, deveria ser cobrado nas filiais e Porto Alegre está cobrando em
121 Santa Maria e Canoas etc. Hoje, foi pedido que a ULBRA defina as Unidades em Porto
122 Alegre. A SMF formalizou proposta que será estudada pela instituição, até porque todos
123 sabem que o SUS não paga e a ULBRA ultrapassa o atendimento contratado. O Hospital
124 da ULBRA está com 48% da obra concluída, financiada com recursos próprios na ordem
125 de 115 milhões de reais e precisa de mais de 179 milhões de reais para finalizar o projeto.
126 Os Bancos Nacionais só emprestavam 15 milhões de reais, a instituição conseguiu
127 financiamento pelo Banco de Fomento Internacional, a juros de 2% ao ano para pagar em
128 5 anos. A Receita Federal cobrou 6,7 milhões de reais de taxa aduaneira. Portanto, é
129 injusta a cobrança do débito em função do dispositivo constitucional, recepcionado pelo
130 Artigo 45 e incisos. A Secretária Adjunta Ana Boll (SMS) fala que o convênio foi assinado
131 em março de 1996 onde estabelecia o pronto atendimento e as coletas dos exames de
132 competência da ULBRA e a cedência de insumos, medicamentos e infra-estrutura à
133 PMPA. A ULBRA sempre solicitou realinhamentos e houve pagamentos pelo SUS,
134 portanto, não foi de graça. A ULBRA tem investido em equipamentos. No término da
135 vigência do convênio em 1999 a ULBRA negou-se a renovar o convênio sendo mantido o
136 diálogo até esta data. Em 29-07-03 através do GAB/PREF a SMS ficou sabendo do prazo
137 de 30-09-03 para a retirada da instituição da UBS Restinga, alegando que não foi
138 atendida pela SMS o que causou surpresa. Após várias tratativas entre a SMS com o
139 Fórum na ULBRA e na Restinga foi firmado o compromisso verbal de permanecer até o
140 final de dezembro. A SMS considera pouco correto colocar em xeque o atendimento de
141 150 mil usuários como mecanismo de persuasão. A SMS jamais rompeu o diálogo. A
142 comunidade tem-se mobilizado para manutenção do PA. A SMS garante que mesmo por
143 processo público manterá aberto o PA. A Secretária Sandra Fagundes diz que o governo
144 solicitou que a ULBRA separasse a discussão dos impostos da Saúde e que fosse usada
145 em outro âmbito. A SMS pode ajustar custeio e rever o convênio. A parte que não aceita a
146 desvinculação é a ULBRA e a SMS enviará documento à entidade solicitando a posição
147 formal da mesma porque não vai se esgotar o tema fiscal até 31-12-03. O Sr. Roque José
148 C. Verlangue (Secretário Adjunto da SMF) diz que não houve renovação da certificação
149 de Filantropia para a ULBRA, mas a PMPA não desconsiderou. A SMF estudou o
150 enquadramento da ULBRA e a PGM (Procuradoria Geral do Município) considerou
151 impeditivo conceder imunidade, porque não atendia ao Código Tributário Nacional. O
152 entendimento do Conselho dos Contribuintes concluiu na mesma linha portanto, não
153 existe a concepção da imunidade tributária, mas se vier a cumprir poderá vir a requerer a
154 imunidade, o que não gozava do período. A SMF se colocou sempre à disposição da
155 comunidade para esclarecimentos, entretanto a situação depende de avaliação que não é
156 meramente política, salvo juízo posterior. Nesse processo a Câmara Municipal também se

157 envolveu em defesa da cidade. O Sr. Deoclides Almeida (CLS Partenon) considera que
158 hoje não se pode definir nada mas a preocupação é com a população. Sr. Jairo Tessari
159 (Fed. Das Filantrópicas) fala que a ULBRA tem imunidade mas não isenção. Então, como
160 é mais fácil obter imunidade, não consegue entender. A discussão é do atendimento à
161 comunidade da Restinga . O Sr. Héverson agradece o acolhimento do CMS à demanda
162 da região e ao Sr. Jairo Tessari que propiciou capacitação aos conselheiros sobre
163 filantropia. Na Lei de Responsabilidade Fiscal existe a figura da renúncia e as despesas
164 estão taca a taca. Reivindica que a SMF abra as contas e o acesso à resolução 683 que
165 até agora não apareceu. O coordenador Humberto Scorza concorda com Jairo Tessari de
166 que o CMS quer a manutenção dos 150 mil atendimentos na PA da Restinga. Que
167 discutam no Fórum Legal mas as demandas judiciais são demoradas, entende que a SMS
168 tem o direito de abrir edital para a garantia da manutenção dos serviços, porque não
169 podemos ficar nesta nhanha e nós do CMS devemos nos apropriar da filantropia porque é
170 um cesto de gatos. Sra. Maria Geneci diz que a filantropia tem que acabar por porque o
171 trabalhador não recebe em dia. A Santa Casa tem 7 leitos para emergência e o SUS não
172 pode entrar pela porta das lindezas, porque o cidadão paga os impostos e continua-se
173 injetando dinheiro na Santa Casa. Sr. Osmar Maschio preocupa-se com a comunidade, o
174 Hospital Independência só atende aos Planos de Saúde. A Sra. Cândida (Restinga)
175 pergunta porque o PACS da Restinga foi o escolhido? Porque fomos usados? A luta já é
176 por atendimento excelente, porque bom já não serve. Encarnacion (CLS-Leste) Pergunta
177 quando parou o atendimento no Hospital Independência e o que faz a ULBRA com o
178 dinheiro? Sra. Tânia Failace perguntou sobre os impostos devidos pela ULBRA e o
179 Secretário da SMF não detalhou. O Sr. Ronald Wolff (CLS-Sul/Centro Sul) diz que os TSs
180 e os cidadãos jamais têm perdão das dívidas, e é isenção para GM, isenção para lá e
181 para cá. A participação no Controle Social essa sim, é filantropia. Há séculos o Governo
182 Brasileiro sacrifica os TSs. Tem que aprofundar a discussão sobre filantropia e as
183 empresas tem que vir para o debate. A Sra. Nidia pergunta qual a decisão? Sr. Darci
184 (CLS Glória): Como fica a situação após 31-12-03 para a Restinga? O Sr. Héverson pede
185 que a Dra. Eleonora esclareça como faz a cobertura para 160 mil usuários quando a
186 SMS não repassa dinheiro e destaca que no livro SUS É LEGAL consta que é vedado
187 repasse de capital estrangeiro para a Saúde. O Sr. Lemoel Santana (Jurídico da ULBRA)
188 informa que o certificado de filantropia está validado desde 1970 pelo Conselho Nacional
189 de Assistência Social - CNAS. A Igreja Luterana não permitiu a retirada da ULBRA na
190 UBS Restinga porque o Dr. Becker tem compromisso com o social sendo mantida pela
191 Igreja de Confissão Luterana de origem alemã. O Secretário adjunto da SMF, Sr. Roque
192 José Coimbra Verlangue fala que o auto de infração impetrado tem prazo para defesa e é
193 relativo à sede de Porto Alegre. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre não tem débito
194 perante a ULBRA. Não há conta para encontrar. Sempre foram abertos os dados a
195 população. A Secretária Sandra Fagundes reafirma a necessidade de entendimento
196 administrativo e jurídico que não deve impedir o trabalho em desenvolvimento. A SMS
197 oficialará à ULBRA para manifestar-se pois é preciso que se faça o distrato, se for o caso O
198 Coordenador Humberto Scorza diz que normalmente os contratos prevêm 30 dias para
199 rescisão, então só a partir daí a SMS poderá mobilizar-se? Solicita retorno na Plenária de
200 04-12-03, pois o CMS necessita da resposta e da garantia do atendimento. Nada mais
201 havendo a relatar, a reunião encerrou-se às 22h e dela eu Eliana Aguiar de Carvalho,
202 lavrei a presente ata.

203
204
205 HUMBERTO JOSÉ SCORZA
206 Coordenador do CMS/POA

ELIANA CARVALHO
Secretaria Executiva do CMS/POA
Ata aprovada na reunião do plenário de 04/12/03.